

CNI apóia a realização de eleições presidenciais em 1988, diz Albano

Lula Marques - 2. Abr. 87

Da Sucursal do Rio

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), 47, disse ontem no Rio que a maioria dos industriais representados pela CNI quer eleições para a Presidência da República "com a maior brevidade possível" o que, a seu ver, significa eleição em 1988. Segundo Albano, a Confederação entende que a origem dos problemas econômicos atuais está na crise de "autoridade e de poder" do governo Sarney e considera que só com a superação da crise política o país se fortalecerá perante o sistema financeiro internacional para renegociar a dívida externa.

Albano Franco disse que o país viveu, em 87, um peculiar sistema de convivência política, com contornos

de um parlamentarismo "inadequadamente instaurado". O governo, a seu ver, contou com uma base de sustentação "instável e ambígua" e, por isto, enfrentou crescente dificuldade para definir um programa de governo coerente.

"A solução da crise econômica depende da resolução da crise política. Todos nós sabemos disso. O que ainda não sabemos é como resolver essa crise política", disse Albano. Segundo ele, a maioria dos industriais quer, além das eleições, o presidencialismo e um programa de governo "sólido", que seja discutido publicamente e evite o "pior de todos os males": a recessão e o desemprego.

Para mais notícias sobre a CNI na pág. A-23.



O senador Albano Franco

Centrão e '32' tentam emendas comuns

Lula Marques - 1º. 12. 87

Lula Marques - 1º. Abr. 87

Da Sucursal de Brasília

As negociações entre o Centrão e o "Grupo dos 32" para a apresentação de emendas conjuntas ao projeto da nova Constituição podem levar, caso o acordo seja fechado, a um isolamento dos parlamentares de centro-esquerda no Congresso constituinte. O deputado José Lins (PFL-CE), um dos coordenadores do Centrão, disse que o acordo é possível pois "há muito mais convergências do que divergências" entre os dois grupos. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do "Grupo dos 32"—formado por "moderados" de cinco partidos—também afirmou estar "otimista".



Por telefone, articuladores dos dois grupos estão comparando o projeto constitucional aprovado pela Comissão de Sistematização às emendas redigidas pelo Centrão e ao texto do "Hércules 4", preparado pelo "Grupo dos 32", sob a coordenação do senador José Richa (PMDB-PR). Tanto Sandra Cavalcanti quanto Lins afirmaram que as discordâncias são apenas sobre "pontos secundários". "Vejo com simpatia a idéia de apresentar emendas conjuntas. Pelo menos entre o nosso grupo e os '32', é possível um amplo entendimento", disse Lins.

Além de garantir a ampliação de votos para suas emendas, o Centrão tem interesse num acordo, que aju-



A deputada Sandra Cavalcanti

daria a amenizar a imagem de "radical de direita" do grupo. "Nós não temos nada de radicais", afirmou Lins. O "Grupo dos 32" não se preocupa com essa imagem do Centrão. "Essas lideranças radicais sumiram. Quem está conversando são os moderados", disse Sandra Cavalcanti.

Os negociadores do "Grupo dos 32" são Sandra Cavalcanti e o senador Virgílio Távora (PDS-CE). Do lado do Centrão estão os deputados Eraldo Tinoco (PFL-BA), Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Jofran Frejat (PFL-DF). Até agora, as conversas foram telefônicas, mas os dois grupos contabilizam "avanços substanciais". Sandra disse ainda que alguns dos articuladores do "Centrinho", grupo suprapartidário que pretende



O deputado José Lins (PFL-CE)

minar as bases do Centrão, estão discutindo com os "32".

Discordâncias

Apesar de concordar com as principais alternativas formuladas pelo "Grupo dos 32", o Centrão resiste em algumas soluções referentes ao capítulo da "Ordem Econômica" e do "Sistema Tributário", segundo Sandra Cavalcanti. Estas são duas das três áreas de maior interesse do Centrão—a outra é a relativa aos direitos trabalhistas.

Até o próximo dia 4 de janeiro, quando se reiniciam os trabalhos do Congresso constituinte, os dois grupos vão negociar a apresentação de um bloco único de emendas. Apenas dois pontos estão excluídos das conversas: a duração do mandato do presidente José Sarney e sistema de governo.